

# PE NO FREIO

Participação das instituições de ensino superior particulares na Política Nacional de Formação de Professores é adiada. Por enquanto, apenas Santa Catarina e Goiás pediram inclusão da rede privada

Marta Avancini

**A** abertura do Ministério da Educação para a inclusão das instituições de ensino superior privadas na Política Nacional de Formação de Professores não deverá se realizar na prática, pelo menos por enquanto. O uso de instituições

particulares ficou restrito a dois estados: Santa Catarina e Goiás, que requisitaram a inclusão sob o argumento de que não poderiam alcançar a meta de ampliar as vagas na licenciatura sem a participação das particulares. A rede é responsável por cerca de 60% dos licenciados.

Sancionada pelo presidente da República em 20 de janeiro último, a Política Nacional de Formação de Professores é uma tentativa para solucionar a falta de professores qualificados, mas ainda está sendo delineada pelo Ministério da Educação. Cada estado planeja suas estratégias com o auxílio do Ministério, em processo coordenado pela Secretaria de Educação a Distância.

Até fevereiro, 20 estados haviam concluído seus planos estratégicos. Pelo menos quatro estados não devem participar do esforço. Acre e Distrito Federal informaram ao MEC que vão ficar de fora da Política, sob o argumento de que já têm ações próprias para solucionar o déficit de professores formados, que, segundo eles, é muito pequeno. São Paulo e Minas Gerais anunciaram que não querem participar. Mas a USP declarou que tem interesse em se articular com o Ministério em conjunto com a Unicamp, Unesp e UFSCar, sob a justificativa de receberem demanda de municípios. Nessa equação, as particulares ficaram de fora, se restringindo às reivindicações dos estados de Santa Catarina e Goiás.

Segundo o diretor de Educação Básica Presencial da Capes, José Carlos Teatíni, que assumiu em 1<sup>o</sup> de fevereiro no lugar de Dilvo Ristoff, a articulação das 72 instituições públicas participantes, incluindo os Institutos Federais de Educação Tecnológica (Iféts), tem demandado uma equação bastante complexa. Por isso, a inclusão da rede privada deve ficar para uma segunda etapa. "É importante neste momento centrar fogo na construção



de uma política forte e consistente com base nas instituições públicas para num segundo momento, se for necessário, incluir a rede privada", diz Teatini, que aponta como obstáculo, por exemplo, a inexistência de mecanismos de repasses de recursos para as instituições privadas legalmente estabelecidos. Contudo, ele não descarta o uso do Fies e do ProUnipara possibilitar a inclusão das instituições privadas na Política Nacional. A proposta ainda não está formatada, mas uma idéia seria usar vagas de licenciatura das instituições que aderem a esses programas.

Para a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc), a falta de inclusão do segmento privado enfraquece a proposta. A Abruc foi uma das entidades que defendeu a inclusão

pectos apontados por ele estão o corpo docente com contrato integral e titulação de mestre ou doutor; o fato de as licenciaturas serem, nas comunitárias, a área com maior quantidade de publicações, pesquisas e de projetos comunitários de extensão; e a existência de programas de mestrado e doutorado vinculados às licenciaturas.

Contudo, por falta de demanda, muitas licenciaturas estão sendo extintas porque os jovens que ingressam nesse tipo de curso normalmente são oriundos de famílias com menor poder aquisitivo e não podem arcar com os custos da mensalidade.

"Se o MEC incluir as comunitárias em sua Política Nacional de Formação de Professores, faz justiça à história de quem sempre assumiu as licenciaturas

na área de formação. No âmbito da Capes, os programas e linhas por meio das quais serão repassados os recursos estão na fase de finalização. Alguns já são conhecidos, com o Prodociência, o Pibid e o Observatório da Educação. Mas também está sendo delineado um novo programa chamado Mobilidade Acadêmica no Brasil para promover intercâmbio entre professores no campo da licenciatura.

O funcionamento desses programas, segundo Teatini, vai seguir os critérios e parâmetros de qualidade já adotados pela Capes, além do Sinaes, Enade etc.

Também está sendo montado um grande sistema integrado de informações para reunir dados e indicadores das instituições e dos cursos que serão

## O PLANO FICA EMPOBRECIDO QUANDO EXCLUI PARTE DAS UNIVERSIDADES QUE TÊM FUNÇÃO SOCIAL, QUALIDADE E TRADIÇÃO NA OFERTA DE LICENCIATURAS

das instituições de ensino superior privadas na Política Nacional de Formação de Professores para a Educação Básica durante o período em que a minuta de decreto ficou aberta a consulta pública. Conforme lembra o professor Wolmir Therezío Amado, reitor da Universidade Católica de Goiás (UCG) e membro da Comissão das Licenciaturas indicada pela Abruc, o sistema educacional superior é constitucionalmente formado por instituições de natureza jurídica distinta: federais, estaduais, municipais, comunitárias e privadas. "A Política Nacional de Formação de Professores se empobrece quando exclui parte das universidades que, sem serem administradas pelo Estado, têm função social, tradição e qualidade", afirma ele, referindo-se às instituições comunitárias.

Essas instituições, aponta, possuem cursos de licenciaturas desde suas origens, há cerca de 40 a 60 anos e primam pela qualidade, portanto, sua exclusão não se justifica. Entre os as-

no Brasil e, ainda, a um custo inferior ao gasto com uma vaga pública", defende Wolmir Amado.

**U**ma solenidade para a assinatura dos acordos de cooperação técnica com governadores e reitores deve formalizar a Política, em abril. Até meados de março deve ser fechado um ciclo de reuniões com representantes dos fóruns e das instituições de cada Estado, a fim de definir as responsabilidades.

Para as instituições federais, os recursos são repassados automaticamente. Para as estaduais, serão firmados convênios. Com a formalização dos acordos de cooperação técnica, a Capes já estará autorizada a começar a fazer os repasses.

O montante é calculado em algo em torno de R\$ 1 bilhão, incluindo recursos para programas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano de Ações Articuladas (PAR)

utilizados como referência para os repasses de recursos. Paralelamente, será oferecido aos professores um catálogo de cursos disponíveis, a fim de que eles possam escolher aquele que melhor atenda às suas necessidades.

Em paralelo, está sendo criado um Currículo Lattes do professor, que deverá ser preenchido a partir do momento em que ele entrar no sistema, matriculando-se num dos cursos oferecidos no âmbito da política. A expectativa é que todos os professores brasileiros criem seu currículo.

Segundo cálculos do Ministério da Educação, com base nos dados do Educacenso de 2007, o déficit de professores no Brasil varia entre 700 mil e 900 mil. Destes, de 300 mil a 400 mil possuem licenciatura em área diferente da que lecionam, o mesmo número não tem curso superior e 100 mil são graduados e não têm licenciatura, mas atuam como professores na educação básica.